

Viseu

Assembleia-Geral da Delegação

Cumpridas as formalidades de preparar o Relatório de Actividades e Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, publicada a Convocatória no ELO, sendo também afixados estes documentos na Sede da Delegação para consulta, a AGD realizou-se no dia 10 de Fevereiro, nas instalações da Delegação e com a presença dos associados que tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre as actividades, as contas e o edifício legislativo.

Depois do debate associativo e das explicações sobre as actividades e contas, foram ambas aprovadas por unanimidade. Foi notória a satisfação, não só pelo trabalho desenvolvido pelos responsáveis da Delegação mas também pelo trabalho apresentado à Direcção Nacional, em todos os sectores da área associativa e principalmente na área reivindicativa da ADFA. Neste aspecto, realça-se o trabalho apresentado ao Conselho Nacional para a Direcção Nacional poder com clareza e transparência apresentar e defender junto do Governo o projecto legislativo que “já era para ontem e porque hoje já é tarde”, como defendeu o associado Casimiro de Almeida, apoiado por todos os presentes.

A Assembleia congratula-se com o trabalho da Direcção Nacional de fazer passar a validade dos cartões de ADM/IASFA das mulheres, de 1 para 3 anos, mas destaca que também devia fazer com que tenham assistência médica igual à dos maridos ou companheiros a 100%, bem como fazer o Governo não cortar a ADM a quem tem direito à ADSE; fazer revogar o DL 503/99, fazer ter pensões dignas aos deficientes militares em serviço e viúvas; fazer com que todos os deficientes das Forças Armadas sejam abrangidos pela progressão da carreira, ao abrigo do DL 134/97 e agora também pelo conhecido art.º 104 (recomposição das carreiras dos fuzileiros

deficientes das Forças Armadas), publicado em DR 1ª Série n.º 248, de 28 de Dezembro de 2016, que fez progredir na carreiras mais de 44 marinheiros. Ainda questões sobre os conceitos de serviço/campanha, “que não se resolve, porquê?”

“Por tudo isto e por todos os assuntos legislativos que se anda a debater todos os anos, desde a nossa existência, ficou a pergunta: porque é que a ADFA não apresenta, de vez, tudo que falta resolver para que seja aprovado já?”, resume João Gonçalves, presidente da Delegação de Viseu, acrescentando que, na sua opinião, “amanhã já é tarde para muitos que se sacrificaram e deram o seu melhor ao serviço da Pátria e para toda a vida estão a sofrer os horrores que as guerras e o serviço militar, seja em que circunstâncias forem, provocam”.

Ficou o desejo de um bom trabalho das Delegações no apoio à Direcção Nacional, “para que finalmente todos os problemas sejam solucionados no mais curto espaço de tempo, porque uma vez que fomos chamados e cumprimos o dever, temos o direito a essa reparação”, considerou a Assembleia. “O nosso futuro é hoje”, alertou a Direcção da Delegação.

Aniversário em confraternização

No dia 5 de Maio próximo, a Delegação de Viseu vai comemorar mais um aniversário e convida todos os associados a estarem presentes neste dia para o reforço da amizade, união e coesão da ADFA.

“Mais um ano para confraternizar e estar em família da qual nos devemos orgulhar por durante a vida ter sabido estar ao serviço e progresso de Portugal, quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz”, refere a Direcção da Delegação.

O aniversário vai ser celebrado no dia 5 de Maio, com encontro marcado nas instalações da Delegação, no princípio da manhã, a partir das 9h00.

As inscrições podem ser efectuadas junto da Delegação. A Delegação de Viseu divulgará mais informações na próxima edição do ELO e na circular que vai enviar aos associados.

Núcleo da Guarda

Na cidade mais alta de Portugal, a forte, farta, fria e formosa cidade da Guarda, onde está instalado o Núcleo que dá apoio às gentes daquela prestigiada zona de Portugal, carece ao momento de melhores condições de acesso à saúde, onde o IASFA/ADM ainda não chegou “e se deseja que chegue a um curto espaço de tempo”, segundo os dirigentes do Núcleo.

Conhecedores das avançadas negociações das instituições de saúde com o IASFA/ADM, que estão a acompanhar no terreno, na procura de se normalizar esta situação gravosa para o País, apelam para que a Direcção Nacional da ADFA não fique alheia a esta situação, porque “aqui também estão deficientes militares das Forças Armadas, que tudo deram ao serviço de Portugal e precisam de mais e de melhor saúde, como a tem quem vive nos grandes centros”.

Ida à Batalha e a Fátima

Integrado nas comemorações do Dia do Combatente, vai realizar-se uma deslocação, no dia 14 de Abril, com saída às 7h00, junto à entrada do RI 14, ao Mosteiro da Batalha, onde a Delegação participará nas cerimónias durante a manhã. Haverá missa e homenagem aos militares falecidos ao serviço da Pátria e, para quem quiser, uma visita à Batalha, seguida de almoço em Fátima, numa refeição partilhada, que é sempre um momento bem alegre e de são convívio. Após permanência de algumas horas em Fátima, ao fim da tarde tem lugar o regresso a casa.

“Contamos com a vossa inscrição, com desejo de um ótimo passeio”, apela a Delegação.

Lisboa

Associados preocupados com os seus direitos



No dia 17 de Fevereiro, durante a Assembleia-Geral da Delegação de Lisboa, foram vários os associados que manifestaram preocupação com a defesa dos seus direitos como deficientes militares, salientando algumas situações que ainda carecem de resolução, considerada “urgente”.

Na Sede da ADFA, com a participação de mais de 100 associados, foram aprovados o Relatório e Contas de 2017, com explicação detalhada das Contas da Delegação, em modelo comparativo com o ano anterior. O presidente do Conselho Fiscal da Delegação, Aníbal Marques, mostrou aos associados os pormenores das Contas, com recurso a quadros e gráficos, numa apresentação muito elogiada pelos presentes, que consideraram elucidativa e clara. O pagamento e regularização de quotas foi considerado muito relevante para a ma-

nutenção do funcionamento dos serviços associativos, a par de algumas fontes de receitas, como a Clínica e os serviços de Saúde prestados na Delegação. A sustentabilidade da ADFA e da própria Delegação de Lisboa colhe a atenção dos associados e carece, segundo ficou patente na Assembleia-Geral, de decisões e de gestão que contribuam para um futuro estável, ao serviço de todos os associados e familiares.

A participação associativa foi considerada pelos Órgãos Sociais da Delegação como “muito positiva”, tantos pela quantidade como pelo teor das questões colocadas.

Os OSD salientam as preocupações com a defesa dos direitos dos deficientes militares que ainda têm a sua situação pendente e evidenciou-se o descontentamento face à aplicação “injusta” do DL 503/99 aos de-

ficientes militares, bem como o “abusivo” e “atentatório” controlo de rendimentos das Pensões de Preço de Sangue das viúvas de deficientes militares. Já no final da reunião, interveio uma associada, viúva de um deficiente militar que se considera “vítima de um controlo de rendimentos inaceitável, que desrespeita o carácter indemnizatório da Pensão de Preço de Sangue”, apelando aos Órgãos Sociais da Delegação e Nacionais para que defendam os seus associados, particularmente as viúvas, “de mais este ataque à nossa condição”. Foi de forma emocionada que a Assembleia constatou a “urgência com que deve ser tratado este assunto”, declarou Francisco Janeiro, presidente da Delegação. O dirigente congratulou-se ainda com a “elevada participação dos associados”.

